



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Conselho Superior

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (CONSU/UFJF) REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NO ANFITEATRO DAS PRÓ-REITORIAS COM TRANSMISSÃO ONLINE NA SALA DE REUNIÕES VIRTUAIS DO CONSU/UFJF.

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, realizou-se reunião extraordinária do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (Consu/UFJF). A sessão ocorreu no Anfiteatro das Pró-Reitorias, com transmissão online pela sala de reuniões virtuais do Consu/UFJF, possibilitando a participação dos conselheiros de Governador Valadares, nos termos do art. 1º da Resolução nº 45/2022 do Consu/UFJF. Devidamente convocada nos termos regimentais, a reunião foi presidida pela Professora Doutora Gírlene Alves da Silva e contou com a presença dos seguintes conselheiros: Alexandre Aranha Arbia, Diretor da Faculdade de Serviço Social; Anderson de Oliveira Reis, Vice-Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA/GV; Angélica Cosenza Rodrigues, Diretora da Faculdade de Educação; Ângelo Márcio Leite Denadai, Diretor-Geral do Campus Governador Valadares; Cláudio Roberto Fóffano Vasconcelos, Diretor da Faculdade de Economia; Cristina Lougon Borges de Mattos, representante do Conselho Setorial de Extensão e Cultura - CONEXC; Cristina Sayuri Cortes Ouchi Dusi, Diretora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis; Dandara Felícia Silva Oliveira, representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) indicado(a) pelo Sintufejuf; Daniel Godoy Martinez, Diretor da Faculdade de Educação Física; Diogo Carvalho Felício, Diretor da Faculdade de Fisioterapia; Eduardo Antônio Salomão Condé, Pró-Reitor de Planejamento; Elcemir Paço Cunha, Pró-reitor de Gestão e Finanças; Erick Carvalho Campos, representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) indicado(a) pelo Sintufejuf; Erika Savernini Lopes, Diretora da Faculdade de Comunicação; Ernani Simplicio Machado, Diretor da Faculdade de Arquitetura; Fábio Martins Brum, Pró-Reitor de Infraestrutura; Fernando Perlatto Bom Jardim, Diretor do Instituto de Ciências Humanas - ICH; Henrique Antônio Carvalho Braga, Diretor da Faculdade de Engenharia; Ivana Lúcia Damásio Moutinho, Diretora da Faculdade de Medicina; Jimmy Sudario Cabral, representante do Conselho de Graduação; Leandro de Moraes Cardoso, Diretor do Instituto de Ciências da Vida - ICV/GV; Luciana Gaspar Melquíades Duarte, Diretora da Faculdade de Direito; Lyderson Facio Viccini, Diretor do Instituto de Ciências Biológicas; Marcel de Toledo Vieira, Pró-Reitor de Sistemas de Dados e Avaliação; Marcelo Silva Silvério, Diretor da Faculdade de Farmácia; Márcio José da Silva Campos, Diretor da Faculdade de Odontologia; Maria Cristina de Andrade, representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) indicado(a) pelo Sintufejuf; Nícea Helena de Almeida Nogueira, Diretora da Faculdade de Letras; Raquel Almeida Rohr de Oliveira Isidoro, Diretora do Instituto de Artes e Design - IAD; Rogerio da Silva, representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) indicado(a) pelo SINTUFEJUF; Telmo Mota Ronzani, Vice-Reitor; Viviane Souza Pereira, Pró-reitora de Assistência Estudantil; Wilson de Souza Melo, Diretor do Instituto de Ciências Exatas - ICE. A reunião extraordinária teve como pauta única a apreciação da Proposta Orçamentária. Verificado o quórum regimental, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu início à sessão, justificando as ausências dos seguintes conselheiros: José Otávio do Amaral Corrêa, representante do HU-UFJF; Angélica da Conceição Oliveira Coelho, Diretora da Faculdade de Enfermagem; Mauricio Leonardo Aguilar Molina, representante do Conselho de Graduação; Magda Narciso Leite, representante do Conselho de Graduação, e Ricardo Bedendo, representante do Conselho de Extensão. Em seguida, a Senhora Presidente passou a palavra ao Conselheiro Elcemir Paço Cunha, Pró-reitor de Gestão e Finanças, para que ele apresentasse como a UFJF utilizou os recursos orçamentários de 2025 e as perspectivas de utilização dos recursos em 2026. O Conselheiro Elcemir Cunha ressaltou que a gestão orçamentária constitui exercício permanente de compatibilização entre a disponibilidade de recursos e as necessidades institucionais, exigindo, simultaneamente, controle da expansão das despesas, racionalização dos gastos e acompanhamento contínuo da execução, de modo a evitar tanto a devolução de recursos quanto a realização de despesas capazes de comprometer o equilíbrio orçamentário da Universidade. Dando sequência à apresentação, expôs os dados relativos à execução das despesas de 2025, comparando os valores inicialmente aprovados pelo Conselho Superior com aqueles efetivamente executados. Em relação ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, informou que a previsão inicial era de R\$ 1,3 milhão e a execução alcançou R\$ 2,3 milhões. Ressaltou que, embora tenha ocorrido aumento em relação ao previsto, esse não representou o maior gasto histórico da UFJF nessa rubrica, aproximando-se dos patamares registrados em 2019, antes da pandemia. A elevação foi atribuída, principalmente, à retomada de eventos acadêmicos e ao aumento da realização de concursos públicos. Quanto às bolsas, informou que a previsão para 2025 era de R\$ 16,8 milhões, tendo sido executados R\$ 16,2 milhões. Para as Bolsas ProQuali, a estimativa era de R\$ 1,6 milhão e a execução alcançou R\$ 1,4 milhão. Nas despesas referentes a curso-concurso, que abrangem, entre outras, aquelas relacionadas ao PISM, a projeção era de R\$ 3,2 milhões, com execução de aproximadamente R\$ 3 milhões. Em relação às despesas com pessoas físicas, destacou crescimento significativo, da ordem de R\$ 2 milhões, caracterizado como situação atípica e decorrente, principalmente, da necessidade de suprir períodos de descontinuidade de contratos terceirizados, especialmente nos serviços de limpeza e apoio administrativo. Quanto aos serviços terceirizados, informou que a estimativa era de R\$ 64,2 milhões e a execução alcançou R\$ 63 milhões, mantendo-se, portanto, próxima ao valor inicialmente projetado. As despesas fixas, incluindo água, energia elétrica, telefonia, rede, internet e outras despesas de caráter continuado, também apresentaram execução próxima à estimativa inicial. Sobre o auxílio-moradia das residências, explicou que a despesa decorreu de decisão judicial que obrigou a Universidade a realizar pagamentos correspondentes a 30% do valor das bolsas dos residentes, especialmente da Medicina e também de outras residências profissionais. Como essa obrigação surgiu no decorrer do exercício, não havia previsão inicial para a despesa, que alcançou aproximadamente R\$ 1,4 milhão em 2025. Quanto à locação de imóveis em Juiz de Fora, registrou que os valores estimados e executados foram praticamente equivalentes. Em relação ao Restaurante Universitário, informou que a estimativa inicial era de R\$ 11 milhões, enquanto a execução alcançou R\$ 12,8 milhões. O crescimento decorreu da alteração contratual ocorrida em março de 2025, com mudança da empresa responsável

pela prestação do serviço, circunstância não contemplada na estimativa originalmente aprovada, elaborada com base no contrato anterior. Quanto ao *Campus* Governador Valadares, cuja dotação é tratada separadamente em razão de suas especificidades, a previsão foi de R\$ 20,2 milhões e a execução alcançou R\$ 20,7 milhões, diferença considerada pequena diante das alterações de contratos e dos reajustes ocorridos ao longo do exercício. No que se refere às demais linhas de despesas, especialmente material de consumo e serviços externos, o Conselheiro esclareceu que nelas estão incluídos recursos utilizados pelas unidades acadêmicas e administrativas e pela Pró-Reitoria de Infraestrutura. Observou que a execução inferior à estimativa decorreu, de um lado, da racionalização na utilização dos recursos e, de outro, de alterações entre rubricas, destacando a migração de parte dos recursos de consumo para SCDP, em razão das opções e necessidades apresentadas pelas próprias unidades. Concluindo essa parte da exposição, informou que, de um total estimado de aproximadamente R\$ 150 milhões, foram executados cerca de R\$ 148 milhões, resultando em diferença aproximada de R\$ 2 milhões. Ressaltou, entretanto, que essa diferença não representou perda de recursos orçamentários pela Universidade. Na sequência, apresentou os dados referentes às receitas da UFJF em 2025, compostas por recursos da LOA/Tesouro; aporte para unidades sem Hospital Universitário em Governador Valadares; arrecadação de recursos próprios, Fonte 1050; superávit; TED referente a bolsas; recomposição da LOA; aporte para merenda escolar; aporte do PNAES; custos indiretos e ressarcimentos; e restos a pagar relativos a bolsas, pessoas físicas e PISM. Informou que, diante das movimentações ocorridas durante o exercício, a Universidade alcançou execução de aproximadamente R\$ 146,8 milhões em 2025. Nesse ponto, o Conselheiro Elcemir Cunha avaliou o resultado como extremamente positivo. Recordou que, em 2024, a Universidade havia iniciado o exercício com déficit projetado de aproximadamente R\$ 8 milhões e que, para 2025, a projeção inicial era de déficit de aproximadamente R\$ 12 milhões. Explicou que tais valores eram considerados déficits administráveis, tendo em vista a expectativa de receitas adicionais, as negociações mantidas com o Ministério da Educação e outros pleitos institucionais. Ao final do exercício de 2025, contudo, o resultado foi significativamente melhor que o inicialmente projetado. Esclareceu que o valor aproximado de R\$ 1,194 milhão transferido para 2026 correspondia, entre outras obrigações, a bolsas previamente empenhadas para pagamento nos meses de janeiro e fevereiro, período em que a Universidade ainda não dispõe do orçamento federal do novo exercício, além de determinadas notas fiscais e outras despesas de menor monta. Ressaltou, assim, que não havia déficit efetivo nas contas da Universidade e que o resultado alcançado permitia iniciar o planejamento de 2026 com projeção de déficit zero, o que qualificou como importante resultado da gestão orçamentária. Prosseguindo, apresentou a execução dos recursos de capital de 2025. Informou que o Conselho Superior havia aprovado previsão inicial de aproximadamente R\$ 8 milhões, mas explicou que, ao longo do exercício, alterações de prioridades e novas demandas produziram modificações na programação originalmente estabelecida. Destacou como inovação da gestão orçamentária a previsão antecipada de recursos destinados a aditivos e reajustes de obras, mecanismo que se mostrou relevante para assegurar a continuidade dos contratos. Explicou que os aditivos correspondem a recursos adicionais necessários diante de modificações nos projetos ou de situações não previstas originalmente, enquanto os reajustes econômicos decorrem das atualizações legalmente previstas nos contratos de obras após determinado período de execução. Informou que foram utilizados recursos dessa natureza nas obras de Santa Rita e Vila Bretas, em Governador Valadares, e do Colégio de Aplicação João XXIII, em Juiz de Fora, anteriormente à situação de calamidade. Dos aproximadamente R\$ 1,2 milhão previstos para aditivos e reajustes, foram executados cerca de R\$ 950 mil. Registrou, ainda, a necessidade de complementação de aproximadamente R\$ 150 mil para conclusão da obra do PARTEC, posteriormente inaugurada. Em relação à Reserva de Emergência, também denominada Reserva Técnica, explicou que se tratava de recurso mantido para atendimento de situações imprevistas surgidas durante o exercício. Ao final, dos R\$ 8 milhões inicialmente previstos para capital em 2025, foram executados aproximadamente R\$ 6 milhões. Ressaltou que a diferença não foi perdida, tendo sido convertida em recursos de custeio, mediante autorização governamental, e utilizada para auxiliar no fechamento das contas do exercício. Enfatizou, portanto, que a UFJF não perdeu recursos orçamentários em 2025. O Conselheiro detalhou, ainda, algumas das despesas atendidas com a Reserva de Emergência/Reserva Técnica, entre elas a aquisição de autoclaves e seladoras para a Faculdade de Odontologia; equipamentos relacionados às ações de sustentabilidade; equipamento compressor para a Faculdade de Engenharia; equipamentos para Diagnóstico Molecular envolvendo a Faculdade de Farmácia e o Instituto de Ciências Biológicas; tecnologias assistivas; contêineres; e aquisição de livros anteriormente prevista. Informou que foram executados aproximadamente R\$ 861 mil do R\$ 1 milhão previsto para essa reserva no orçamento de 2025. Encerrando a prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselheiro Elcemir Cunha apresentou e prestou esclarecimentos acerca das emendas parlamentares recebidas pela UFJF no período. Em seguida, iniciou a apresentação da Proposta Orçamentária para 2026. Ao apresentar a composição da Lei Orçamentária Anual (LOA) da Universidade, destacou que aproximadamente 75% do orçamento global da UFJF corresponde às despesas com folha de pagamento, incluindo aposentados, em um orçamento total da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Os aproximadamente 25% restantes abrangem as demais despesas da Universidade, entre elas bolsas, contratos e outros compromissos institucionais. Ressaltou que, apesar da recomposição orçamentária observada a partir de 2023, os recursos disponíveis ainda se encontravam abaixo dos patamares registrados em 2010. Na sequência, apresentou os recursos específicos da LOA/UFJF para 2026, isto é, aqueles que possuem destinação previamente definida. Foram relacionados recursos destinados à Educação a Distância (EAD), vinculados ao CEAD, no valor aproximado de R\$ 158 mil; ao Projeto Incluir, vinculado à DIAF, no valor de aproximadamente R\$ 322 mil; ao FORDHOV, relacionado à Clínica Veterinária, no valor aproximado de R\$ 110 mil; ao Programa Idiomas sem Fronteiras, vinculado à DRI, no valor aproximado de R\$ 80 mil; e ao PROMISAES, destinado aos estudantes estrangeiros e também vinculado à DRI, no valor aproximado de R\$ 313,5 mil. Em relação aos recursos destinados às unidades de Medicina sem Hospital Universitário, especificamente o Campus Governador Valadares, chamou atenção para o aumento significativo do valor em comparação com o exercício anterior: de aproximadamente R\$ 525 mil em 2025 para R\$ 1,6 milhão em 2026. Ressaltou que a ampliação resultou também da atuação institucional da Reitoria junto aos órgãos superiores. Quanto ao PNAES, vinculado à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e ao Restaurante Universitário, informou previsão total de R\$ 20,2 milhões, sendo R\$ 11,7 milhões destinados às bolsas e R\$ 8,5 milhões ao aporte para o Restaurante Universitário. Por fim, ao apresentar as demais fontes previstas para o orçamento de 2026, informou que a LOA, fonte Tesouro, possuía previsão de aproximadamente R\$ 92,8 milhões; o aporte destinado à unidade sem Hospital Universitário em Governador Valadares, R\$ 1,6 milhão; e a arrecadação de recursos próprios, Fonte 1050, aproximadamente R\$ 31,7 milhões, valor sujeito a alterações decorrentes da dinâmica dos contratos e das receitas próprias da Universidade. Quanto ao superávit, correspondente a receitas do exercício anterior cuja utilização não havia sido autorizada pelo Governo Federal, informou previsão de aproximadamente R\$ 4,8 milhões para 2026,

ressaltando que a primeira solicitação de liberação desses recursos já havia sido negada pelo Governo. Dando continuidade à apresentação da Proposta Orçamentária de 2026, o Conselheiro Elcemir Paço Cunha esclareceu que o valor de R\$ 4,8 milhões relativo ao superávit constituía uma estimativa, podendo a Universidade não receber qualquer valor, receber montante inferior ou, ainda, obter recursos de exercícios anteriores. Informou que, desde a discussão do Projeto de Lei Orçamentária e após sua aprovação, houve atuação incisiva da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes em defesa da recomposição dos recursos das universidades federais, tendo o Ministério da Educação, após sucessivas tratativas, autorizado R\$ 9,2 milhões de recomposição da LOA para a UFJF. Informou, ainda, previsão de R\$ 112 mil para a merenda escolar – João XIII, R\$ 8,5 milhões do PNAES destinados ao Restaurante Universitário e registrou o valor de restos a pagar proveniente de 2025, chegando-se à estimativa global de receita de R\$ 147,8 milhões para 2026. Na sequência, apresentou a distribuição estimada dos recursos de custeio da Universidade, contemplando SCDP, bolsas, bolsas ProQuali, curso-concurso, despesas com pessoas físicas, auxílio-moradia - residência, serviços terceirizados, despesas fixas, locação de imóveis, Restaurante Universitário, Campus Governador Valadares, material de consumo, serviços externos e reserva de custeio. Quanto ao auxílio-moradia das residências, explicou que a Universidade havia incluído previsão orçamentária para eventual pagamento correspondente a 10% do valor das bolsas, diante de parecer judicial existente, embora já houvesse decreto prevendo a incorporação desse pagamento às próprias bolsas e ainda não fosse possível afirmar se a despesa efetivamente recairia sobre a UFJF. Para os contratos terceirizados, foi apresentada estimativa de R\$ 65,4 milhões; para despesas fixas, R\$ 10 milhões; locação de imóveis, R\$ 794 mil; Restaurante Universitário de Juiz de Fora, aproximadamente R\$ 14 milhões; e Campus Governador Valadares, aproximadamente R\$ 20,8 milhões. O Conselheiro destacou, ainda, novas despesas incorporadas à proposta de 2026. Em cumprimento à resolução aprovada pelo Conselho Superior em 2024 relativa ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs aos estudantes envolvidos em atividades com risco à saúde, informou que fora realizado levantamento junto às unidades, sendo reservados R\$ 500 mil para atendimento das necessidades excepcionais ou adicionais àquelas já ordinariamente custeadas pelas unidades. Para a curricularização da extensão, foram previstos outros R\$ 500 mil, a serem gerenciados pela Pró-Reitoria de Extensão por meio de projeto específico. Informou também a criação de iniciativa destinada ao fomento da participação de estudantes de graduação em eventos acadêmicos, mediante edital próprio, como primeira experiência institucional de apoio financeiro a essa finalidade. Para material de consumo foram estimados R\$ 3 milhões, para serviços externos R\$ 4,1 milhões e para a reserva de custeio R\$ 2 milhões. Esclareceu que a reserva de custeio fora estabelecida de maneira mais conservadora em razão das incertezas decorrentes da calamidade pública, que poderia produzir despesas ainda não completamente mensuradas, citando, como exemplo, eventual mudança relacionada ao Colégio de Aplicação João XXIII e outras necessidades decorrentes dos danos causados pelas chuvas. Destacou que ainda não havia definição acerca do volume de recursos extraordinários que o Ministério da Educação destinaria à UFJF para enfrentamento da situação emergencial. Prosseguindo, apresentou detalhamento das despesas com contratos terceirizados, salientando que constituíam a maior despesa de custeio da Universidade. Informou que os maiores contratos correspondiam aos serviços de limpeza, apoio administrativo, vigilância e manutenção, e que a projeção considerava execução de aproximadamente 90% dos valores contratuais. Ressaltou que a Administração vinha realizando esforço permanente de contenção da expansão dos contratos e de racionalização dos postos de trabalho, especialmente porque tais despesas sofrem crescimento anual decorrente das repactuações trabalhistas. Explicou que, considerando apenas os recursos da matriz OCC, os gastos com terceirização correspondiam a aproximadamente 70% desses recursos; considerando-se também as receitas próprias da Universidade, o percentual estimado para 2026 seria de aproximadamente 47,5%, inferior ao percentual registrado no exercício anterior. Em relação ao *Campus* Governador Valadares, detalhou a previsão de aproximadamente R\$ 20,8 milhões, distribuídos entre despesas fixas, locações de imóveis, contratos terceirizados, contratos hospitalares para campos de prática, Restaurante Universitário, contratos de manutenção e recursos destinados às demais demandas da unidade. Informou que as locações correspondiam a aproximadamente R\$ 6,8 milhões; os contratos terceirizados, a R\$ 5 milhões; os contratos com hospitais, especialmente Bom Samaritano e Hospital Municipal, a aproximadamente R\$ 2,4 milhões; e o Restaurante Universitário, a R\$ 4,2 milhões. Também forma apontadas a execução estimada de R\$ 670 mil em contratos de manutenção e cerca de R\$1,370 milhões em demandas das unidades e direção. Passando à proposta de Capital para 2026, o Conselheiro informou que não havia recursos de capital provenientes da matriz do Tesouro, razão pela qual a Universidade dependeria de receitas próprias, estabelecendo-se previsão de aproximadamente R\$ 6,969 milhões. Entre as prioridades apresentadas estavam a renovação de equipamentos de segurança; aquisição de equipamentos, inclusive drones, para apoio à vigilância e à Pró-Reitoria de Infraestrutura; renovação de equipamentos de Wi-Fi e switches; aquisição de cadeiras para o Fórum da Cultura; ferramentas e equipamentos para a Proinfra, inclusive para Governador Valadares; reforma do telhado da Engenharia Elétrica; reserva de emergência; SRP de informática; recursos de capital destinados às unidades acadêmicas; e previsão para reajustes e aditivos de obras. Sobre a distribuição de capital às unidades acadêmicas, informou que, em 2025, fora realizado levantamento para que cada unidade indicasse percentual de até 12% de sua dotação a ser convertido para aquisição de equipamentos e outros itens de capital. A demanda fora consolidada, resultando na previsão de aproximadamente R\$ 670 mil para 2026. Ressaltou tratar-se de inovação orçamentária destinada a atender necessidades específicas das unidades acadêmicas, especialmente diante da deterioração e necessidade de renovação de equipamentos. Também foi mantida previsão para reajustes e aditivos de obras em andamento. O Conselheiro informou, ainda, que a UFJF possuía diversas obras em andamento financiadas com recursos federais, com previsão que chegara a aproximadamente R\$ 80 milhões, inclusive para o Campus Governador Valadares. Explicou que a capacidade operacional da Proinfra, somada às demandas emergenciais decorrentes da calamidade, justificava a decisão de não inserir novas obras na proposta de 2026, excetuadas aquelas cujo planejamento já se encontrava avançado. Registrou a existência de pelo menos cinco pontos com problemas estruturais no *campus* e destacou também a situação do Colégio de Aplicação João XXIII. Informou que as tratativas com o MEC haviam sido iniciadas desde o primeiro momento da calamidade e que havia indicação de disposição do Ministério em apoiar financeiramente a Universidade, embora ainda não fosse possível precisar os valores. Na sequência, apresentou o modelo proposto para distribuição de recursos às unidades administrativas, tomando-se como referência a execução de 2025 corrigida pelo IPCA estimado em 4%. Para as unidades administrativas, foram estabelecidas faixas de dotação conforme o percentual de execução do exercício anterior, variando de 100% para aquelas que executaram pelo menos 90% da dotação até o mínimo de 65%. Para as Pró-Reitorias finalísticas foi prevista dotação de 100%, enquanto as demais Pró-Reitorias receberiam 90%. Para as unidades acadêmicas, propôs-se a manutenção da dotação de 2025 acrescida da correção de 4%, totalizando

aproximadamente R\$ 9,2 milhões, incluindo o Colégio de Aplicação João XXIII. O Conselheiro informou que a Progefi vinha realizando estudos sobre novos modelos de distribuição orçamentária, considerando variáveis como tamanho das unidades, quantidade de laboratórios e outros elementos capazes de produzir distribuição mais adequada dos recursos. Ressaltou, entretanto, que nenhuma proposta seria implementada naquele momento, inclusive porque havia discussão nacional, no âmbito da Andifes, acerca da matriz OCC. A intenção seria retomar o debate ao longo de 2026, de forma coletiva, para eventual implementação de novo modelo em 2027, tanto para custeio quanto para capital. Encerrada a exposição, agradeceu a atenção e a paciência do Conselho. Aberta a discussão, a Conselheira Ivana Lúcia Damásio Moutinho cumprimentou o Pró-Reitor pela apresentação e questionou a ausência de referência específica ao contrato hospitalar relacionado à Faculdade de Medicina, na área de obstetrícia, informando que o contrato estava em processo de renovação e que já havia duas propostas, ambas com pequena elevação de valores. Manifestou, ainda, preocupação com a escassez de recursos de capital para as unidades acadêmicas, destacando dificuldades para expansão de laboratórios e aquisição de equipamentos. Em resposta, o Conselheiro Elcemir esclareceu que o recurso estava previsto e observou que algumas despesas não apareciam discriminadas individualmente por estarem contempladas na reserva de custeio. A Conselheira Dandara Felícia Silva Oliveira, inicialmente, manifestou solidariedade à Reitora diante de ataques de natureza misógina e racista, refletindo sobre desigualdades de gênero, raça e classe e sobre a interseccionalidade das opressões. Em seguida, abordou especificamente as bolsas ProQuali, lembrando discussão realizada no exercício anterior e defendendo a atualização de seus valores por índice inflacionário, como INPC ou IPCA, considerando que o montante orçamentário reservado ao programa não vinha sendo integralmente executado e que praticamente todos os candidatos habilitados eram contemplados. Solicitou que fosse avaliada a possibilidade de correção do valor das bolsas para compensar as perdas inflacionárias. O Conselheiro Ângelo Márcio Leite Denadai, Diretor-Geral do Campus Governador Valadares, manifestou profunda insatisfação com decisão recente do Ministério da Educação que, segundo informou, negara, naquele momento, a aplicação de recursos do Fundo Rio Doce no Campus Governador Valadares. Recordou que o Conselho Gestor do Campus havia deliberado, por ampla maioria, pela retomada das obras do campus unificado no terreno do Miura, paralisadas havia aproximadamente doze anos. Destacou que o acordo relativo ao Fundo Rio Doce previa recursos para ciência, tecnologia, inovação e educação e argumentou que Governador Valadares fora uma das cidades mais atingidas pelo rompimento da barragem, tendo ficado integralmente sem abastecimento de água, com repercussões ainda presentes para a população e para a comunidade universitária. Informou que o Campus recorreria da decisão do MEC junto ao Conselho Federativo de Participação Popular e defendeu maior participação do Ministério da Educação também nas discussões sobre eventual federalização do Hospital Regional de Governador Valadares. Quanto à proposta orçamentária, o Conselheiro Ângelo apresentou questionamentos acerca dos aproximadamente R\$ 80 milhões previstos para o Campus Governador Valadares no âmbito do PAC, mencionando os valores destinados à aquisição da Unidade São Pedro, ao Restaurante Universitário e às reformas das unidades Vila Bretas e Santa Rita. Questionou o destino do saldo estimado em aproximadamente R\$ 17 milhões e a possibilidade de sua utilização para aquisição de equipamentos e mobiliário, especialmente para Odontologia e para as unidades em fase de conclusão. Também solicitou revisão do cronograma para aquisição de equipamentos da Unidade São Pedro, considerando que processos licitatórios poderiam demandar de seis a oito meses e que a previsão de entrega da obra era janeiro de 2027. O Conselheiro apresentou ainda demandas relacionadas a ferramentas e equipamentos, câmeras, *firewall* e mobiliário do Campus Governador Valadares. Informou a existência de relatório do setor de segurança do trabalho indicando inadequações ergonômicas de mesas e cadeiras em relação à NR-17, defendendo a destinação de recursos de capital para renovação do mobiliário. Por fim, informou que o Campus utilizava caminhão datado de 1979 para transporte interno de materiais, veículo que apresentava problemas frequentes e cuja eventual perda definitiva poderia comprometer a logística do Campus, estimando em aproximadamente R\$ 400 mil o valor necessário para sua substituição. O Conselheiro Fernando Perlatto Bom Jardim parabenizou a Progefi e a Administração Superior e destacou positivamente duas inovações: a previsão de recursos para a curricularização da extensão e a criação de apoio financeiro à participação de estudantes de graduação em eventos acadêmicos. Ressaltou que determinadas atividades acadêmicas são obrigatórias nos projetos pedagógicos de alguns cursos e que muitos estudantes não dispõem de recursos para participar delas. Solicitou que, na regulamentação do programa, fossem consideradas as especificidades das unidades e dos cursos. Quanto aos estudos de novos critérios de distribuição orçamentária, defendeu que diretores e diretoras fossem chamados a participar do processo de discussão antes da definição de qualquer novo modelo. A representante técnico-administrativa Maria Cristina de Andrade defendeu ampliação dos recursos destinados ao ProQuali, relacionando a importância da qualificação dos servidores técnico-administrativos às novas possibilidades de Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC e ressaltando a relevância da formação continuada para os trabalhadores e para a própria Universidade. A Conselheira Angélica Cosenza Rodrigues cumprimentou a Progefi e a Administração pela transparência na apresentação e questionou o elevado percentual do orçamento destinado à terceirização, recordando discussões realizadas junto à Andifes sobre eventual aporte específico do Governo Federal para essas despesas. Destacou também a importância dos aproximadamente R\$ 20 milhões do PNAES e manifestou preocupação com os efeitos da greve sobre estudantes em situação de vulnerabilidade, especialmente diante da paralisação das análises de heteroidentificação e renda, que repercutiam no acesso a benefícios de assistência estudantil. Solicitou que tais atividades fossem consideradas essenciais. Por fim, manifestou cautela quanto à eventual adoção de critérios de desempenho ou resultados em futuros modelos de distribuição orçamentária, defendendo amplo debate institucional antes de qualquer mudança. Em resposta, a Senhora Presidente esclareceu que nenhum novo modelo de distribuição de recursos seria implementado sem diálogo com a comunidade e deliberação do Conselho Superior. Explicou que a única alteração apresentada para 2026, no caso das unidades acadêmicas, consistia na correção pelo IPCA e, para as unidades administrativas, na aplicação das faixas de execução anteriormente explicadas. Ressaltou que qualquer modelo futuro deveria buscar reduzir, e não ampliar, assimetrias e que a discussão também precisava considerar as mudanças em debate nacionalmente no âmbito da Andifes. O Conselheiro Lyderson Facio Viccini cumprimentou a Progefi pelas iniciativas e destacou a complexidade e a dinamicidade da gestão orçamentária. Chamou atenção, entretanto, para dificuldades enfrentadas pelas unidades acadêmicas na execução dos recursos, observando que elas realizam o planejamento e as requisições, mas dependem de órgãos da Administração Central para a efetiva execução. Citou como exemplos SRPs que não foram concluídos no exercício previsto e processos de manutenção de equipamentos que, embora encaminhados tempestivamente, somente recebem retorno meses depois, impossibilitando ajustes e execução no mesmo exercício. Ressaltou que saldo não executado por uma unidade não significa inexistência de demanda e defendeu estudo de mecanismos que aumentassem a eficiência administrativa da execução orçamentária. O estudante Eduardo,

representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE, agradeceu a priorização da assistência estudantil e a previsão de recursos para participação de estudantes de graduação em eventos acadêmicos. Relatou o diálogo mantido pelo DCE com a Administração Central e com o Comando de Greve diante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o movimento paredista. Informou, ainda, que o DCE vinha discutindo com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil proposta de concessão mais automática de auxílios aos estudantes ingressantes por cotas de renda, de modo a evitar que aqueles cuja situação socioeconômica já fora comprovada no processo de ingresso precisassem repetir integralmente a documentação para acesso inicial aos benefícios. O Conselheiro Leandro de Moraes Cardoso reiterou as preocupações relativas à infraestrutura do Campus Governador Valadares e à necessidade de soluções definitivas, especialmente para o campus unificado e o Hospital Universitário, destacando os elevados gastos com estruturas provisórias. Manifestou apoio aos estudos de novos modelos de distribuição de recursos e às observações sobre dificuldades de execução orçamentária das unidades. Questionou se a previsão de R\$ 2,4 milhões para contratos hospitalares incluía os dois meses referentes à negociação do Hospital Bom Samaritano e solicitou esclarecimentos sobre a execução dos recursos destinados à aquisição de EPIs para servidores e estudantes. O Conselheiro Rogério, representante sindical, respondeu às manifestações relativas à greve dos técnico-administrativos, esclarecendo que, durante o movimento paredista, as deliberações são tomadas pelo Comando Local de Greve e pelas assembleias da categoria, não cabendo à direção sindical determinar unilateralmente as atividades que devem ser mantidas. Reconheceu os impactos da greve sobre estudantes e candidatos ao ingresso na Universidade e informou que as questões apresentadas seriam novamente levadas ao Comando de Greve. Quanto ao orçamento, manifestou preocupação com os gastos de terceirização, defendendo concursos públicos e redução da dependência dos contratos terceirizados, e sugeriu também avaliação da aquisição de equipamento de reserva para o sistema de energia da Universidade, considerando problemas ocorridos no final do exercício anterior. A Conselheira Luciana Gaspar Melquíades Duarte solicitou confirmação sobre a existência de recursos destinados à conclusão da obra localizada ao lado da cantina da Faculdade de Direito, conforme tratativas realizadas no exercício anterior. O Conselheiro Marcelo Silva Silvério apoiou as manifestações de solidariedade à Reitora e de preocupação com a situação dos estudantes durante a greve. Quanto ao orçamento, destacou positivamente a criação de linha de capital para as unidades acadêmicas e defendeu sua continuidade e ampliação nos exercícios seguintes. Ressaltou a importância de permitir que as próprias unidades definam parte de seus investimentos, de acordo com suas necessidades acadêmicas. Também mencionou dificuldades de execução orçamentária e sugeriu o estudo de estratégias para melhor aproveitamento dos recursos não executados. Questionou se os R\$ 500 mil destinados aos EPIs seriam adicionais às dotações das unidades; como seriam executados os recursos para curricularização da extensão; e se o SRP de informática seria independente dos 12% destinados à conversão em capital pelas unidades. Solicitou, ainda, que a distribuição de capital fosse previamente debatida com o Fórum de Diretores, que fosse divulgada a relação de SRPs previstos para 2026 e que o calendário de compras fosse revisto após o encerramento da greve. Em segunda inscrição, a Conselheira Dandara retomou a questão da terceirização, defendendo reflexão institucional mais ampla sobre formas alternativas de gestão dos serviços, considerando o elevado percentual do orçamento comprometido com contratos terceirizados e a necessidade de valorização dos trabalhadores e do serviço público. Passando às respostas, o Conselheiro Elcemir agradeceu as manifestações e ressaltou o caráter coletivo do trabalho da Progefi. Sobre a Faculdade de Direito, esclareceu que a elaboração do projeto da obra havia sido iniciada, mas precisara ser interrompida diante das demandas emergenciais decorrentes da calamidade e da limitação da força de trabalho técnica da Proinfra. Por não haver projeto concluído em condições de permitir licitação e empenho em 2026, a obra não fora incluída na proposta orçamentária daquele exercício, embora permanecesse entre as demandas institucionais. Quanto aos EPIs, esclareceu que uma comissão específica já realizara levantamento das necessidades adicionais e que os R\$ 500 mil constituíam recurso separado das dotações ordinárias das unidades acadêmicas. Em relação à curricularização da extensão, informou que os recursos seriam destinados em benefício das unidades, mas gerenciados pela Proex mediante edital ou programa próprio. Também confirmou que os recursos correspondentes à conversão de até 12% em capital eram independentes do SRP de informática. Informou que a revisão do calendário de compras poderia ser avaliada quando houvesse maior definição sobre o encerramento da greve e que as demais demandas de capital, como mobiliário, exigiriam planejamento e estudos para exercícios futuros. Sobre os novos modelos distributivos, reiterou que seriam debatidos com a comunidade, especialmente com os diretores das unidades, e deveriam considerar variáveis efetivamente mensuráveis. Esclareceu que, para 2026, a dotação das unidades acadêmicas corresponderia à dotação do exercício anterior acrescida de 4%. Reconheceu, ainda, a necessidade de discussão específica sobre os problemas de execução orçamentária e indicou o tema como uma das questões estratégicas a serem enfrentadas em 2026. Quanto à terceirização, informou que a gestão já vinha adotando postura de contenção da expansão dos contratos e realizando estudos contrato a contrato para racionalização de escopos e melhor aproveitamento da força de trabalho. Ressaltou, contudo, a complexidade desses processos e a dificuldade de redução de níveis de serviço depois de estabelecidos, afirmando que a Administração permanecia aberta a sugestões. O Pró-Reitor de Infraestrutura, Fábio Martins Brum, esclareceu que a obra da Faculdade de Direito estava efetivamente contemplada no planejamento inicial da Proinfra e que a elaboração do projeto havia sido iniciada, assim como outros projetos, entre eles o telhado da Engenharia Elétrica. Entretanto, em decorrência da calamidade, as equipes precisaram interromper esses trabalhos para concentrar esforços nas intervenções emergenciais. Informou a existência de cinco pontos de deslizamento de terra dentro do campus que demandavam licitações emergenciais, além da situação do Colégio de Aplicação João XXIII. Sobre este, explicou que avaliações técnicas identificaram riscos tanto na área de confrontação com imóveis vizinhos quanto na encosta posterior ao Colégio, sendo necessários estudos geotécnicos mais aprofundados, realizados com apoio da Prefeitura. Informou que os projetos anteriormente planejados seriam retomados assim que as demandas emergenciais fossem equacionadas. A Senhora Presidente complementou as informações sobre a calamidade, registrando que havia cinco áreas no interior da Universidade com problemas que envolviam taludes e telhados, totalizando, se consideradas separadamente essas intervenções, aproximadamente dez frentes apenas dentro do campus. Fora dele, além do Colégio de Aplicação João XXIII, havia outras duas áreas que necessitavam de intervenção rápida. Informou que a Universidade apresentaria detalhamento dessas avarias ao MEC e que havia compromisso ministerial de apoio aos reparos. Registrou, ainda, solicitação ao Ministério para que a locação de espaço provisório para o Colégio de Aplicação João XXIII pudesse ser custeada com recursos extraordinários, evitando comprometimento do orçamento ordinário da UFJF. Sobre a curricularização da extensão, informou que Prograd e Proex estavam elaborando conjuntamente o projeto. Comunicou, ainda, anúncio do Ministério da Educação de edital de R\$ 150 milhões para melhoria dos laboratórios de graduação das 69 universidades federais e de R\$ 70 milhões para curricularização da

extensão, ressaltando que a UFJF pretendia concorrer aos recursos. Quanto ao apoio à participação dos estudantes em eventos acadêmicos, reconheceu tratar-se de demanda antiga e informou que os recursos previstos seriam gerenciados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Em relação ao ProQuali, a Senhora Presidente considerou legítima a reivindicação de reavaliação do programa, destacando tratar-se de política específica da UFJF que, apesar das dificuldades financeiras, vinha atendendo todos os candidatos que cumpriam os requisitos. Avaliou ser pertinente realizar estudo ao longo de 2026 acerca do montante global e dos valores individuais das bolsas, sem, entretanto, promover alteração imediata na proposta em apreciação. Quanto à terceirização, informou que a reivindicação de recursos adicionais vinha sendo apresentada ao MEC e que, no âmbito da Andifes, também se discutia a possibilidade de recomposição de cargos anteriormente retirados do quadro do serviço público. Esclareceu, contudo, que não havia sinalização do Governo Federal de aporte específico para custeio da terceirização. Recordou que o próprio Conselho Superior já havia determinado revisões de contratos e redução de postos em exercícios anteriores, destacando a complexidade dessas medidas e a necessidade de considerar também serviços que não possuem cargos equivalentes no quadro federal. Atingido o prazo regimental da reunião, a Senhora Presidente submeteu ao Conselho a prorrogação dos trabalhos por até uma hora. Não havendo votos contrários ou abstenções, inclusive entre os conselheiros participantes de Governador Valadares, a prorrogação foi aprovada. Retomando as questões relativas ao Campus Governador Valadares, a Senhora Presidente ressaltou que a Administração Superior havia encaminhado ao MEC todas as demandas apresentadas pelo Campus, inclusive aquelas relativas ao Fundo Rio Doce e ao Laboratório das Águas, mas que a decisão final sobre a destinação dos recursos não competia à Reitoria. Reafirmou o compromisso ministerial com os R\$ 80 milhões destinados à estruturação do Campus e esclareceu que, no âmbito do PAC, havia negociação para aplicação de parte dos recursos em equipamentos das unidades vinculadas às obras financiadas pelo Programa. Informou que, inicialmente, foram destinados R\$ 7,5 milhões para aquisição de equipamentos do Restaurante Universitário e do curso de Odontologia e que eventual utilização do saldo para outras finalidades dependeria de autorização do MEC. Acrescentou que eventual saldo dos recursos do PAC poderia, mediante autorização, ser utilizado em novas etapas das próprias edificações, mencionando a possibilidade de ampliação vertical do prédio do Restaurante Universitário. Também prestou informações sobre os recursos destinados à Medicina Veterinária em Juiz de Fora e sobre os investimentos vinculados ao Hospital Universitário, cuja gestão cabia à Ebserh. O Conselheiro Ângelo solicitou novos esclarecimentos sobre a possibilidade de iniciar os procedimentos para aquisição de equipamentos destinados às unidades Santa Rita e Odontologia e sobre eventual utilização do saldo do PAC para ampliação do prédio do Restaurante Universitário. Ressaltou a necessidade de definição tempestiva para que as equipes técnicas pudessem elaborar projetos e termos de referência sem risco de perda dos recursos. Reiterou, ainda, a urgência da aquisição de caminhão e de mobiliário adequado para Governador Valadares. A Senhora Presidente respondeu que nenhuma providência relativa à alteração da destinação dos recursos do PAC deveria ser iniciada antes de consulta e autorização do Ministério da Educação. Explicou que os R\$ 7,5 milhões estavam vinculados a equipamentos de Odontologia e do Restaurante Universitário e que qualquer redirecionamento para outra unidade dependeria de manifestação ministerial. Da mesma forma, não recomendou mobilizar equipe para elaboração de projeto de ampliação do RU antes de autorização correspondente. Quanto à demanda de caminhão e mobiliário, esclareceu que o Conselheiro poderia apresentar formalmente proposta de alteração da planilha de capital, indicando a fonte de recursos a ser reduzida. A Conselheira Luciana apresentou considerações adicionais sobre os contratos de terceirização, sugerindo revisão de restrições relativas ao porte de chaves por trabalhadores terceirizados e dos limites entre os escopos dos contratos de limpeza interna e externa, exemplificando dificuldades práticas vivenciadas pelas unidades. Solicitou também maior retorno às unidades sobre o andamento de SRPs e processos de compras, de modo a permitir melhor planejamento. Em relação à Faculdade de Direito, reiterou a urgência da conclusão da obra diante da necessidade de mudança do Núcleo de Prática Jurídica e da ocupação máxima das salas de aula, sugerindo inclusive parcerias com as Faculdades de Engenharia e Arquitetura para elaboração dos projetos. Diante da proposta de alteração dos recursos de capital apresentada pelo Conselheiro Ângelo, a Senhora Presidente decidiu desmembrar a votação da proposta orçamentária em custeio e capital. O Conselheiro Ângelo formalizou a proposta de destinação de R\$ 450 mil para o Campus Governador Valadares, sendo aproximadamente R\$ 400 mil para aquisição de um caminhão e R\$ 50 mil para aquisição de mobiliário, argumentando que o veículo atualmente utilizado era antieconômico e inadequado para viagens e que havia relatórios técnicos apontando inconformidades ergonômicas no mobiliário disponível. Inicialmente sugeriu que o montante fosse retirado da reserva técnica. A Senhora Presidente esclareceu que, para que a alteração pudesse ser submetida à votação, seria necessário identificar precisamente a rubrica de capital da qual os R\$ 450 mil seriam retirados. Após os esclarecimentos, ficou caracterizada a proposta de redução da reserva de emergência de R\$ 1,5 milhão para R\$ 1,05 milhão, destinando-se os R\$ 450 mil ao Campus Governador Valadares para as finalidades indicadas. Passou-se, inicialmente, à votação da proposta de custeio para 2026, contemplando SCDP, bolsas, ProQuali, curso-concurso, pessoas físicas, auxílio-moradia, terceirizados, despesas fixas, locação de imóveis, Restaurante Universitário, Campus Governador Valadares, Resolução de EPI, curricularização da extensão, fomento à graduação, material de consumo, serviços externos e reserva de custeio. Submetida à votação, a proposta foi aprovada, registrando-se um voto contrário e uma abstenção. Em seguida, passou-se à votação da proposta de capital para 2026, no montante de R\$ 6.969.887,00. A Senhora Presidente apresentou novamente os principais itens previstos, incluindo renovação de equipamentos de segurança, equipamentos de apoio à Proinfra, melhorias de Wi-Fi, Fórum da Cultura, telhado da Engenharia Elétrica, reserva de emergência, SRP de informática, recursos de capital para unidades acadêmicas e previsão para reajustes e aditivos de obras. Foram colocadas em votação duas propostas: Proposta 1, correspondente à proposta original apresentada pela Administração, mantendo a reserva de emergência em R\$ 1,5 milhão; e Proposta 2, apresentada pelo Conselheiro Ângelo, reduzindo a reserva de emergência em R\$ 450 mil para destinar esse montante à aquisição de caminhão e mobiliário para o Campus Governador Valadares. Realizada a votação, a Proposta 1 foi aprovada por maioria, registrando-se quatro votos favoráveis à Proposta 2 e cinco abstenções. A Senhora Presidente ressaltou que a manutenção da reserva de emergência não impediria avaliações posteriores das demandas apresentadas e que a Administração vinha utilizando esses recursos de forma criteriosa para atender necessidades institucionais. Encerradas as deliberações, a Senhora Presidente agradeceu ao Pró-Reitor Elcemir Paço Cunha e à equipe da Pró-Reitoria de Gestão e Finanças, com menção especial ao trabalho realizado na preparação da apresentação orçamentária, bem como agradeceu as contribuições dos conselheiros e conselheiras, ressaltando sua importância para o aperfeiçoamento da apresentação dos dados e para a construção de estratégias de utilização dos recursos da Universidade. Por fim, lembrou aos presentes a realização, na semana seguinte, da sessão solene para entrega do título de Doutor Honoris Causa a João Pedro Stédile, com participação online dos conselheiros de

Governador Valadares. Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião. A reunião foi secretariada por mim, Álvaro de Azeredo Quelhas, Secretário-Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora, que lavrei, datei e assinei a presente ata.

Juiz de Fora, 1º de abril de 2026.

Álvaro de Azeredo Quelhas
Secretário-Geral da UFJF

Profa. Dra. Girlene Alves da Silva
Reitora da UFJF/Presidente do Consu/UFJF

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 14/08/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Angelica da Conceicao Oliveira Coelho, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Savernini Lopes, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Filipe Domingos Ramos, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Barbosa Batella, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose da Silva Campos, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Salgueiro Perobelli, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Augusto Bernardes Tegedor, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antonio Salomao Conde, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Pereira Soares, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magda Narciso Leite, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lyderson Facio Viccini, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Cosenza Rodrigues, Conselheiro(a)**, em 14/08/2026, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Felipe de Souza Arruda, Usuário Externo**, em 14/08/2026, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Neves da Costa, Usuário Externo**, em 14/08/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Maurício Aniceto, Usuário Externo**, em 14/08/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lara e Lanna, Conselheiro(a)**, em 17/08/2026, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edwaldo Sergio dos Anjos Junior, Conselheiro(a)**, em 17/08/2026, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ernani Simplicio Machado, Conselheiro(a)**, em 17/08/2026, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katiuscia Cristina Vargas Antunes, Pró-Reitor(a)**, em 17/08/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson de Oliveira Reis, Conselheiro(a)**, em 17/08/2026, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Carvalho Felicio, Conselheiro(a)**, em 17/08/2026, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson de Souza Melo, Conselheiro(a)**, em 17/08/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Bernadete da Silva Rocha, Conselheiro(a)**, em 18/08/2026, às 07:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia, Conselheiro(a)**, em 18/08/2026, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Lougon Borges de Mattos, Conselheiro(a)**, em 18/08/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Godoy Martinez, Conselheiro(a)**, em 18/08/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro de Moraes Cardoso, Conselheiro(a)**, em 19/08/2026, às 07:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nicea Helena de Almeida Nogueira, Conselheiro(a)**, em 19/08/2026, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estefanie Ianna Lima Rodrigues, Usuário Externo**, em 19/08/2026, às 22:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rossi dos Santos, Pró-Reitor(a) Adjunto**, em 20/08/2026, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Almeida Rohr de Oliveira Isidoro, Conselheiro(a)**, em 24/08/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcel de Toledo Vieira, Conselheiro(a)**, em 24/08/2026, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elcemir Paco Cunha, Conselheiro(a)**, em 24/08/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jimmy Sudario Cabral, Conselheiro(a)**, em 24/08/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gaspar Melquiades Duarte, Conselheiro(a)**, em 24/08/2026, às 21:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Girlene Alves da Silva, Reitor(a)**, em 25/08/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3038523** e o código CRC **64190857**.